

Técnico superior de 2.ª classe na Direcção-Geral do Turismo (de 20 de Março de 1998 a 11 de Junho de 2001);
 Técnico superior de 1.ª classe na Direcção-Geral do Património (de 12 de Junho de 2001 a 8 de Março 2005);
 Técnico superior principal na Direcção-Geral do Património (9 de Março de 2005);
 Chefe de divisão na Direcção de Serviços de Gestão de Veículos do Estado da Direcção-Geral do Património (24 de Março de 2003).

Actividades profissionais relevantes:

Coordenador de informática do Gabinete de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral do Turismo, com responsabilidade sobre a preparação de todos os trabalhos e a posterior execução;
 Participação na tarefa de codificação da base de dados HORECA referente à hotelaria, restauração e similares do País para processamento informático, a ser implementado conjuntamente com o INE;
 Designado para representante da Direcção-Geral do Turismo em reuniões da CICMEC, no Ministério da Economia, com o acompanhamento e elaboração do roteiro para apoio ao diagnóstico do ano 2000;
 Coordenador do Núcleo de Informática para a formação interna na Direcção-Geral do Património;
 Designado para representar a Direcção-Geral do Património na Comissão Nacional da Qualidade;
 Coordenador do grupo de trabalho para a aquisição de uma aplicação de *software* para a gestão documental e implementação;
 Chefe de divisão na Direcção de Serviços de Gestão de Veículos do Estado, assegurando o expediente ou correspondência necessária à instrução dos processos, subsequente emissão de despacho, sua classificação e interesse para o parque de veículos do Estado;
 Solicitar e analisar a situação jurídica das viaturas apreendidas e preparar a documentação necessária com vista à remoção de viaturas comunicadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/85, de 25 de Janeiro;
 Formação profissional relevante — frequência e aprovação no seminário de alta direcção do INA (cf. artigo 12.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro).

Despacho n.º 20 383/2005 (2.ª série). — A Direcção-Geral do Património publicitou, na bolsa de emprego público e no *Correio da Manhã*, de 29 de Abril de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe da Divisão Técnica de Obras e Avaliação, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 7.º do Decreto Regional n.º 44/80, de 30 de Agosto, e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro.

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo.

Analizadas as quatro candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato Alfredo Manuel da Silva Neves cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º, do n.º 8 do artigo 21.º e do n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de chefe da Divisão Técnica de Obras e Avaliação da Direcção-Geral do Património o engenheiro Alfredo Manuel da Silva Neves, assessor principal do quadro da Direcção-Geral do Património.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data do despacho.

6 de Setembro de 2005. — O Director-Geral, *Francisco Maria Ramalho*

Curriculum vitae de Alfredo Manuel da Silva Neves

Breve resenha cronológica da actividade profissional com relevância para a Direcção-Geral do Património:

1979 — ingresso na função pública, no quadro da Administração Geral do Porto de Lisboa. Área funcional: obras;
 1984 — transferência para a Direcção-Geral do Património (DGP), com integração no respectivo quadro de pessoal. Área funcional: obras e avaliações;

1989 — nomeado chefe da Divisão de Planeamento Físico da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa. Área funcional: planeamento do território e urbanismo;
 1992 — nomeado chefe da Divisão Técnica de Obras e Avaliação (DTOA) da Direcção-Geral do Património. Área funcional: obras e avaliações;
 1995 — suspensão da 2.ª comissão de serviço como chefe da DTOA para cumprimento de comissão de serviço como subdirector-geral na Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Área funcional: planeamento do território e urbanismo;
 1998 — retoma das funções como chefe da DTOA na DGP. Área funcional: obras e avaliações;
 2000 — 1.º classificado no concurso para o lugar de chefe da Divisão Técnica de Obras e Avaliação da DGP e nomeação em comissão de serviço (3.ª) como chefe da Divisão Técnica de Obras e Avaliação da DGP. Área funcional: obras e avaliações;
 2003 a 2005 — em exercício na função de chefe da DTOA da DGP.

Aspectos mais relevantes da produção profissional relacionada com a Direcção-Geral do Património:

Autor da organização e implementação da DTOA;
 Autoria e implementação dos relatórios tipo para realização de avaliações, ainda em vigor na DGP;
 Percursor na introdução e implementação da análise estatística como ferramenta para a realização de avaliações na Direcção-Geral do Património;
 Publicou no *site* da DGP um texto, para consulta geral, intitulado «Princípios orientadores para a realização de avaliações», fundamentado nos mais recentes desenvolvimentos científicos relativos ao tema da avaliação imobiliária.

Formação profissional:

Formatura em Engenharia Civil, ramo Estruturas, pelo IST, com média final de 15 valores;
 Participação em vários congressos de avaliadores, nomeadamente: IV e VIII COBREAP (Congresso Brasileiro de Avaliações e Perícias), realizados, respectivamente, em Natal (1993) e Florianópolis (1997), no Brasil; I Congresso Nacional de Avaliações, promovido pela APAE (Associação Portuguesa de Avaliadores de Engenharia) em 2000, com apresentação de um trabalho; I Congresso Internacional de Tasación y Valoración, promovido pela Universidade Técnica de Valência (Espanha), em 2002;
 Diversos cursos na área da avaliação imobiliária;
 Diversos cursos de informática na óptica do utilizador;
 Frequência do seminário de alta direcção promovido pelo INA entre 7 e 11 de Março de 2005.

Diversos:

Vários artigos publicados em jornais e revistas nacionais sobre o tema «Avaliações»;
 Louvor emitido pelo director-geral da DGP na altura da interrupção da comissão de serviço de chefe de divisão para tomar posse do lugar de subdirector-geral da DGOTDU;
 Despacho de nomeação com base em relevante interesse público, emitido pelo então Ministro do Planeamento.

Despacho n.º 20 384/2005 (2.ª série). — A Direcção-Geral do Património publicitou, na bolsa de emprego público e no *Correio da Manhã*, de 29 de Abril de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Serviços Jurídicos, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro.

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

Analizadas as quatro candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata Rita Maria Góis de Carvalho cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequam às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º, 21.º, n.º 8, e 37.º, n.º 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de chefe de divisão de Serviços Jurídicos da Direcção-Geral do Património a licenciada Rita Maria Góis

de Carvalho, técnica superior de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral do Património.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data do despacho.

6 de Setembro de 2005. — O Director-Geral, *Francisco Maria Ramalho*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Rita Maria Góis de Carvalho;
Data de nascimento — 18 de Dezembro de 1976;
Naturalidade — Lisboa.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (14 valores).

3 — Experiência profissional:

Técnica superior de 1.ª classe na Direcção-Geral do Património (desde Setembro de 2004);
Técnica superior de 2.ª classe na Direcção-Geral do Património (de Maio de 2001 a Setembro de 2004);
Avençada na Direcção-Geral do Património (de Março de 2000 a Maio de 2001);
Advogada estagiária (1999 e 2000).

4 — Outras actividades:

Vogal efectiva de júri em concurso de selecção de pessoal;
Vogal efectiva de júri de estágio;
Elaboração de projectos de diplomas legais;
Monitorização de módulos do «Curso de formação e aperfeiçoamento profissional para a carreira técnica de gestão do património do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património».

Despacho n.º 20 385/2005 (2.ª série). — A Direcção-Geral do Património publicitou, na bolsa de emprego público e no *Correio da Manhã*, de 29 de Abril de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe da Divisão de Estratégia e Projectos Especiais, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no n.º 6 do artigo 5.º do Decreto Regional n.º 44/80, de 30 de Agosto, a que acrescem as fixadas pelo despacho DG 1/2004, de 6 de Janeiro.

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo.

Analizadas as sete candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato José António Monteiro Barreiro cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º, do n.º 8 do artigo 21.º e do n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de chefe da Divisão de Estratégia e Projectos Especiais, da Direcção-Geral do Património, o licenciado José António Monteiro Barreiro, assessor principal do quadro da Direcção-Geral do Património.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data do despacho.

6 de Setembro de 2005. — O Director-Geral, *Francisco Maria Ramalho*.

ANEXO

Nota curricular

Identificação:

Nome — José António Monteiro Barreiro.
Naturalidade — Caldas da Rainha.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa.

Situação profissional:

Categoria profissional — assessor principal.
Organismo a que pertence — Direcção-Geral do Património, do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Experiência profissional:

Gestor, docente universitário, formador e conferencista, consultor das Nações Unidas, do Banco Mundial e da União Europeia

(UE), director de Planeamento Global da sociedade Parque EXPO 98, S. A., director de Avaliação de Operações de Crédito do Instituto Nacional de Habitação, director de Planeamento do GEP do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chefe da Divisão de Estratégia e Projectos Especiais da Direcção-Geral do Património, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, representante nacional no Comité dos Mercados Públicos da UE, delegado nacional no Grupo das Questões Económicas da UE e do Grupo de Financiamento da Habitação da OCDE, presidente da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas, membro do Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares, do Grupo de Altos Funcionários dos Ministérios da Habitação da UE, da Comissão Nacional para a Cooperação com o Comité HBP/CEE-ONU e do Conselho Nacional de Estatística; é autor de vários estudos, artigos e ensaios publicados em Portugal e no estrangeiro.

Instituto Nacional de Administração

Aviso n.º 8293/2005 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para preenchimento de cinco lugares de técnico superior principal, da carreira técnica superior do quadro do Instituto Nacional de Administração.* — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do presidente do Instituto Nacional de Administração de 26 de Julho de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso, concurso interno geral de acesso para provimento de cinco lugares na categoria de técnico superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal deste Instituto.

2 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Validade do concurso — o concurso é válido para as referidas vagas, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Local de trabalho — no Instituto Nacional de Administração, em Oeiras e Alagés.

5 — Conteúdo funcional — compete ao técnico superior desempenhar funções consultivas de natureza científico-técnicas, exigindo um elevado grau de qualificação, iniciativa e autonomia, assim como um domínio total da área de especialização e uma visão global da Administração que permita a interligação de vários quadrantes e domínios da actividade, tendo em vista a preparação de tomada de decisão, relativamente aos lugares postos a concurso, nas áreas de cooperação, formação e relações públicas.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista.

6.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo as respectivas fórmulas classificativas, constam de acta de reunião de júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

6.2 — A classificação final será a que resultar da média aritmética simples ou ponderada das classificações obtidas nos referidos métodos de selecção, expressa na escala de 0 a 20 valores.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do Instituto Nacional de Administração, entregue pessoalmente, contra recibo, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido, até ao termo do prazo fixado no n.º 1, para o Palácio dos Marquês de Pombal, 2784-540 Oeiras.

7.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, estado civil, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número do bilhete de identidade e arquivo emissor, morada, código postal e número de telefone);
- Habilitações literárias, com indicação da média final de curso;
- Categoria, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- Concurso a que se candidata;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos especiais para admissão a concurso, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Curriculum vitae* detalhado, devidamente assinado e datado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce, bem como as que exerceu, com